



Estado do Rio Grande do Sul  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
S E C R E T A R I A   D A   S A Ú D E

Rio Grande, 18 de junho de 2013.

## JUSTIFICATIVA

A Secretaria de Município da Saúde tem como atribuição realizar o controle de zoonoses, o qual inclui a observação pelo período de 10 (dez) dias para cães e gatos com suspeita de raiva (animais que apresentam comportamento compatível com os sintomas e/ou em casos de agressão).

Nos casos dos errantes, o recolhimento faz-se necessário, visto que não têm local fixo, motivo que pode impossibilitar o acompanhamento do animal no período de observação preconizado pelas normas técnicas do Ministério da Saúde.

Atualmente este serviço vem sendo realizado no Canil Municipal, o qual é considerado insalubre para este serviço, uma vez que se encontra localizado próximo à área de depósito de resíduos sólidos urbanos (inertes e recicláveis). Além da condição sanitária inadequada, inclusive para os servidores municipais, o prédio não conta com estrutura física para os procedimentos cirúrgicos necessários (castração), a fim de cumprir a legislação vigente.

Além disso, a Secretaria de Município da Saúde, por ser a mantenedora do Canil, vem respondendo por serviços que não são de sua atribuição, como recolhimento de animais bravios, gerando custos que não são de sua competência.

A ausência de condições sanitárias e estruturais no Canil Municipal demandam contratação de serviço de hospedagem para animais em observação da Raiva (zoonose). Tal serviço, igualmente regrado por contrato, favorecerá atendimento adequado aos animais. Após a celebração do contrato e a doação dos animais lá alojados, a estrutura será fechada, ficando o servidor municipal liberado para atuar como fiscal junto às clínicas contratadas.

Cabe ressaltar que esse tipo de serviço público, quando prestado de maneira qualificada e efetiva pela Prefeitura Municipal, cumpre o objetivo de salvaguardar a qualidade de vida e os direitos dos animais, de forma ética e humanitária, condizente pelo preconizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e por legislação nacional e internacional.

*Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!*



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

S E C R E T A R I A   D A   S A Ú D E

Para efeitos deste projeto e conforme a Lei Estadual nº. 13.193/09, o animal comunitário é aquele “que estabelece com a comunidade em que vive laços de dependência e de manutenção, ainda que não possua responsável único e definido” (Lei nº. 13.193/09, Art. 4º, §2º). Salvo condicionantes estabelecidos na mesma lei, o animal comunitário deve ser devolvido ao seu local de origem após o tratamento médico-veterinário a ser estabelecido pelo presente.

Os animais considerados errantes, sem vínculos comunitários, também serão objeto dos serviços ora referidos, recebendo os mesmos atendimentos previstos neste. Pela inviabilidade orçamentária de se manter locais destinados à hospedagem dos animais errantes do Município, serão adotados os mesmos princípios do animal comunitário: tratamento e devolução ao local de origem.

  
**Vera Elizabeth Lima da Silva**

Secretária de Município da Saúde



**Luciane Cougo dos Santos**

Superintendente Vigilância em Saúde